



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA

- 1 - Correio da Manhã, 07-06-2009, Loureiro convidou genro de Aznar
- 2 - Correio da Manhã, 07-06-2009, Negócios em crise
- 3 - Correio da Manhã, 07-06-2009, Mais contas a pagar
- 4 - 24 Horas, 07-06-2009, Manuela Moura Guedes
- 5 - Diário de Notícias, 07-06-2009, Advogado apanhado a copiar processo dos CTT às escondidas
- 6 - Diário de Notícias, 07-06-2009, Constâncio amanhã no Parlamento
- 7 - Diário de Notícias, 07-06-2009, Advogado apanhado a copiar processo dos CTT às escondidas
- 8 - Público, 07-06-2009, Vítor Constâncio explica BPN no Parlamento
- 9 - Correio da Manhã, 06-06-2009, Humor - O Bananal
- 10 - Semanário Económico, 06-06-2009, Relatório confidencial de 2005 pressiona Constâncio
- 11 - Semanário Económico, 06-06-2009, Quem se mete com o BPN...
- 12 - Semanário Económico, 06-06-2009, Governo aceita críticas da banca e prepara nova solução para o BPP
- 13 - Diário de Notícias, 06-06-2009, Elevador
- 14 - Diário de Notícias, 06-06-2009, Amadores e profissionais
- 15 - Diário de Notícias, 06-06-2009, A semana por...
- 16 - Público, 06-06-2009, Editorial - BPP, uma bomba ao retardador
- 17 - Público, 06-06-2009, Ministério Público apreende 12 milhões de euros



CASO BPN ■ EMPRESÁRIO ESPANHOL NEGA LIGAÇÃO A LIBANÊS



Dias Loureiro convidou Agag para a SLN. O genro de Aznar planeou fusões e aquisições para o ex-ministro

FOTOS MANUEL MOREIRA E PEDRO CATARINO

Loureiro convidou genro de Aznar

■ Agag não diz onde e como conheceu El-Assir, mas recusa ter participado na venda de armas

● DIANA RAMOS

Alejandro Agag, genro do ex-primeiro-ministro espanhol, José Maria Aznar, já respondeu à comissão de inquérito ao BPN, mas rejeita quaisquer ligações ao libanês Abdul El-Assir e a negócios relacionados com a venda de armamento a Marrocos.

Em Março, o deputado Honório Novo, do PCP, enviou 16 perguntas ao empresário espanhol. Alejandro Agag respondeu a todas, ainda que de forma curta e sem detalhes. O único momento em que Agag se estende nas palavras surge quando questionado sobre o momento em

✚ PORMENORES

● **TROCA DE E-MAILS**
Abdool Vakil, líder do Efisa, trocou vários e-mails, um dos quais com Dias Loureiro, para apurar os pagamentos que eram devidos a Agag.

● **PCP SEM RESPOSTA**
O PCP enviou perguntas aos dois jornalistas que escreveram o livro 'Los PP Hijos', mas nenhum dos dois respondeu à comissão.

● **QUEM É AGAG?**
Aos 30 anos foi eleito eurodeputado, mas em 2001 deixou a política. Amigo de Flavio Briatore, comprou com ele o clube inglês Queens Park Rangers.

que conheceu El-Assir e sobre a sua eventual participação no negócio que o libanês terá intermediado para a venda de armas ao reino de Marrocos.

“Considero a pergunta ofensiva e indigna de uma comissão parlamentar”, diz Agag, sublinhando “nunca na vida ter tido a mais pequena relação” com a venda de armamento. Ainda assim, não revela onde e como conheceu o libanês.

Alejandro Agag explica ainda que colaborou com o BPN entre Abril de 2002 e Maio de 2005, assumindo ter sido convidado por Dias Loureiro, a única pessoa que conhecia no grupo antes da contratação. O empresário espanhol garante também não ter tido conhecimento da participação de Oliveira e Costa, Dias Loureiro e El-Assir “em algum negócio em Porto Rico”. ■



Agag trabalhou com Dias Loureiro

DIREITOS RESERVADOS

Planeou fusões e aquisições

● Na carta enviada à comissão de inquérito, Alejandro Agag diz que nunca foi pago para assessorar Oliveira e Costa na presidência do grupo, mas para preparar o “estudo de oportunidades no espaço Ibero-Americano”.

O genro de José Maria Aznar confirma que trabalhou num escritório em Madrid, “alugado pelo BPN”, e adianta que, durante o tempo em que prestou serviços ao

grupo então liderado por Oliveira e Costa, trabalhou directamente para Dias Loureiro “no estudo de diversas oportunidades de fusões e aquisições”.

No depoimento prestado na comissão de inquérito, Oliveira e Costa disse que “a mais-valia da contratação [de Agag] não foi nenhuma” e que o genro de Aznar foi um negócio “caro”. ■



ID: 25431735

07-06-2009

SETÚBAL ■ MARIA DAS DORES MEIRA É PROPRIETÁRIA DE CASAS E EMPRESAS

Negócios em crise

■ Entre acções e contas a prazo chegou a ter 107 mil euros em 2006

● SÓNIA TRIGUEIRÃO

Maria das Dores Meira é presidente da Câmara de Setúbal, proprietária de quatro apartamentos, cinco escritórios, quatro garagens e sócia maioritária de quatro empresas. Na declaração de rendimentos, entregue ao Tribunal Constitucional (TC), apresenta 45250 euros de trabalho dependente e 1100 em rendimentos capitais.

Em declarações ao CM conta que podia ganhar muito mais dinheiro, mas que a dedicação à Câmara não lhe permite dar a atenção que as suas empresas precisam e que por isso estão em crise.

Uma, a Criativus – empresa de marketing, serviços e publicidade que criou em sociedade com o presidente de Santiago do Cacém, Vítor Manuel Chaves Proença – já está inactiva.

As restantes, a EMEPE (empresa de marcas e patentes), a Tecnimarca (especializada em alvarás) e a MPI (consultoria e alvarás) sobrevivem. “As pessoas que lá trabalham não têm culpa das minhas escolhas e por isso faço os possíveis para que as empresas tenham, pelo menos, dinheiro para pagar os salários”, afirmou, sublinhando que tudo o que conseguiu foi às suas custas.

Mesmo em dificuldades, Maria das Dores Meira garante que não se arrende e que vai continuar na

Sócia do edil de Santiago do Cacém em empresa de publicidade



EMEPE é uma empresa de marcas e patentes com sede em Setúbal. Segundo dados a que o 'CM' teve acesso, pelo menos até 2006, Maria das Dores era sócia-gerente da mesma. A empresa continua activa.

3,7 milhões de euros ou contos?

● Ao analisar as declarações de rendimentos entregues por Maria das Dores Meira no TC fica uma dúvida em relação aos anos de 2002 e 2004. Nestes dois anos, a presidente da Câmara de Setúbal, que na altura era vereadora, apresenta apenas rendimentos independentes e o valor inscrito é: 3,700.00.00. O CM questionou a autarca para saber se este valor era de 3,7 milhões de euros. Maria das Dores disse que não se lembrava. “Já estamos em 2009, e isso já foi há muito tempo. Não me lembro, não estou a ver”, afirmou. ■

A autarca reside no Lumiar, e não neste prédio, na zona da Almirante Reis, como está no TC



FOTOS: JACÓ CORTESAO

política. “Perdi dinheiro, é um facto”, diz, sublinhando que não tem nada a esconder.

No TC a autarca declarou ainda ter 37 mil euros em acções do banco Totta, uma conta a prazo no mesmo banco de cinco mil euros e outra do mesmo género, mas no valor de 50 mil euros no BPN. Entre acções da

Cimpor, da EDP, da Brisa e da Telecom, Maria das Dores Meira declarou um total de 15 mil euros. “Agora tenho muito menos, esses valores eram de 2006”, disse, uma vez que no TC, em relação às renovações obrigatórias das declarações de 2007 e de 2008, referiu nada ter a acrescentar ou alterar. ■

PORMENORES

APARTAMENTOS

A edil tem dois apartamentos T3 em Almada, um T4 em Soltróia e um T1 em Setúbal.

ESCRITÓRIOS E GARAGENS

Os escritórios são cinco, no total, divididos entre Lisboa e Setúbal. Têm entre os 220 e os 400 m². Possui ainda quatro garagens: três em Almada e uma em Lisboa.

OS CARROS

Tem duas viaturas, um Toyota e um Mazda. Teve até 2006 um Ford Fiesta que disse ao 'CM' já ter vendido.



JACÓ CORTESAO



■ **Condomínio.** Neste prédio na avenida Luísa Todi, em Setúbal, estão as empresas MPI e a Criativus. Uma folha da administração afixada no corredor dizia que ambas deviam condomínio. A autarca diz que já pagou tudo.



DORES MEIRA, SETÚBAL

**Autarca tem
3,7 milhões
mas não se
lembra**

PÁG. 25



● ARMANDO ESTEVES PEREIRA

DIRECTOR-ADJUNTO

Mais contas a pagar

Miguel Cadilhe fez bem em pedir um prémio de 10,8 milhões de euros aos accionistas da SLN para liderar o grupo caído em desgraça pela gestão de Oliveira e Costa. Afinal, o ex-ministro das Finanças, ao decidir entrar na aventura do BPN, abdicava de um prémio de reforma equivalente no BCP. Os accionistas da SLN também agiram no seu direito ao escolherem uma figura de prestígio para tentar salvar o grupo. Mas, pelas malhas que a nacionalização do BPN teceu, quem acaba por pagar o fabuloso prémio de gestão são os contribuintes. Cada cidadão português, mesmo os recém-nascidos, contribui com 1,08 euros para a dourada reforma do gestor que poucos meses ficou na holding arqui-tectada por Oliveira e Costa. A conta de Cadilhe deveria sim ser imputada à SLN, que não foi nacionalizada.



■ **“Vocês são vítimas é de quem vos enganou, e é a esses que têm de pedir contas, não é aos contribuintes portugueses”, disse o ministro Teixeira dos Santos quando foi barrado num hotel de Lisboa por clientes do Banco Privado. O ministro tem razão, mas as autoridades também criaram expectativas aos clientes.**

■ O processo judicial contra Madoff nos Estados Unidos deverá ficar resolvido este mês. Por cá, do BPN só Oliveira e Costa está na prisão. E no BPP só agora Morgado está no encalço de Rendeiro.



**Teias
da LEI**



DR. BARROS DE FIGUEIREDO

Manuela Moura Guedes

De um ponto de vista legal haverá pouco a apontar a esta jornalista. Num país democrático a imprensa tem por dever informar, o que inclui o dever de escrutínio dos actos dos políticos. Investigação jornalística sobre actos da vida em sociedade, mormente actos políticos, é algo que é suposto a imprensa fazer. E faz. O jornal que M.M.G. apresenta não mistura factos com opiniões. Só a ERC e o PS dizem o contrário, sendo que, não constituindo sequer uma crítica de substância, tal não se verifica e qualquer espectador médio distingue uns e outros. M.M.G. recorre a trabalhos de investigação bem feitos, sendo de assinalar, por exemplo, as reportagens da jornalista Ana Leal. Apresenta os temas de forma desassombrada e frontal e convida sempre os visados a darem a sua versão dos factos. Eles é que não aparecem. Quanto aos temas tratados, ultimamente o PS tem-se posto a jeito. A pergunta é evidente. Sendo M.M.G. jornalista há tantos anos, só agora é má? O problema não é M.M.G. e o seu estilo. O problema são os políticos que não toleram uma contradição. Quanto à oposição, mormente ao PSD, basta lembrar a vergonha do discurso de Vital Moreira e os ataques ao BPN. Quanto aos jornalistas, basta lembrar os processos judiciais desencadeados pelo PM, as queixas na ERC feitas por personalidades socialistas e a tentativa de desacreditação pública desta jornalista. Tudo inapropriado, cremos, quando justamente se deveriam discutir e tirar a limpo apenas a substância dos temas. Não conheço M.M.G., nem gosto do estilo. Mas tiro-lhe o chapéu.



Advogado usou aparelho de digitalização portátil para copiar o processo

O que está em causa no processo dos CTT

PRÉDIOS

• Um foi vendido em Coimbra, o outro em Lisboa à empresa TramCrone. Suspeita-se que tenha existido pagamentos de comissões ilegais.

ALUGUER DE VIATURAS

• O negócio foi realizado com uma empresa do grupo SLN, a Rentilusa. Há suspeitas de favorecimento e falsificação de documentos.

AUTARCA ARGUIDO

• O presidente da Câmara de Coimbra, Carlos Encarnação, foi constituído arguido neste caso.

Advogado apanhado a copiar processo dos CTT às escondidas

Participação. Ministério Público participou à Ordem dos Advogados o facto de um jovem profissional da classe ter digitalizado partes do processo. A prova é o aparelho deixado esquecido na Judiciária

■ CARLOS RODRIGUES LIMA

Foi um dia de azar para um jovem advogado da PLMJ, um dos maiores escritórios do País, do qual faz parte José Miguel Júdice. O advogado foi consultar o processo dos CTT, na qualidade de defensor de um dos arguidos, e levou consigo um aparelho de digitalização portátil. Só que se esqueceu do objecto nas instalações da Polícia Judiciária. Analisado o aparelho, verificou-se que continha cópias do processo judicial.

O Ministério Público acabou por fazer uma participação à Ordem

Oliveira Costa foi ouvido neste caso como testemunha

A investigação à anterior administração dos CTT envolve ainda a celebração de um contrato para o aluguer de viaturas entre os correios e a Rentilusa, uma empresa do grupo Sociedade Lusa de Negócios. O negócio foi aprovado pela administração de Carlos Horta e Costa, apesar de pareceres internos negativos. Ainda por cima, os CTT contrataram uma empresa de consultadoria, a AutoAliança, que aconselhou o negócio com a Rentilusa, cujo sócio principal acabou por ser presidente da empresa do Grupo SLN. Mais: a AutoAliança, segundo um relatório da Inspeção das Obras Públicas, apenas foi constituída no dia em que a administração dos CTT decidiu abrir o procedimento para a aquisição das viaturas em regime de AOV (Aluguer Operacional de Viaturas). Há poucos meses, José Oliveira Costa, ex-presidente do grupo SLN que se encontra preso preventivamente no âmbito do caso BPN, foi ouvido, como testemunha, por inspectores da Unidade Nacional contra a Corrupção da Judiciária sobre este negócio.

dos Advogados, por existirem muitas dúvidas sobre o comportamento do advogado. Se a digitalização "às escondidas" constitui crime ou não. Isto porque, com a entrada em vigor do novo Código do Processo Penal, o regime de segredo de justiça mudou. No caso dos CTT, que tem como principal objecto da investigação a venda de dois prédios e alguns actos da anterior administração liderada por Carlos Horta e Costa, o processo encontra-se apenas em "segredo externo", estando disponível para consulta aos advogados dos arguidos.

E podia o advogado copiar o processo sem autorização, ou deveria indicar ao Ministério Público as folhas que pretendia? Como não houve consenso no MP sobre a matéria – ou seja, se houve eventual crime de violação do segredo de justiça – a opção foi comunicar o caso ao Conselho de Deontologia da Distrital de Lisboa da Ordem, que analisará o caso do ponto de vista disciplinar do advogado.

Em declarações ao DN, Carlos Pinto Abreu, presidente do Conselho Distrital de Lisboa da OA, sublinhou não conhecer o caso em concreto, explicando que quando um processo está disponível para consulta, tal engloba "todos os meios macroscópicos ou tecnológicos possíveis".

Já João Correia, outro advogado contactado pelo DN, considera que "formalmente, as cópias das peças processuais devem ser requeridas assim

como a finalidade a que se destinam, como prevê o Código do Processo Penal". Uma opinião corroborada por dois procuradores do Ministério Público, que solicitaram o anonimato, ouvidos pelo DN: "Se se trata de cópias de peças processuais, estas só poderão ser feitas com autorização da autoridade competente. Se o processo estiver em inquérito, é o MP que autoriza ou não, daí para a frente compete ao juiz". Opinião que, sem querer falar do caso concreto, foi partilhada por João Palma, presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público: "A forma como se fazem cópias dos processos está balizada pelo Código do Processo Penal. Cópias só com autorização da autoridade judiciária competente", disse.

Já Rogério Alves, ex-bastonário da Ordem dos Advogados, considerou que neste caso se está perante uma situação de conflito entre o "direito de consulta do advogado e a obrigação de se pedir autorização para copiar peças processuais". "Se um advogado for consultar um processo, ele pode copiar com uma caneta tudo o que estiver lá. O aparelho de digitalização é um upgrade. Não vejo que haja matéria criminal ou infracção disciplinar. Quanto muito, uma pequena deslealdade", considerou.

30 arguidos no caso CTT

Entretanto, a investigação a este caso aproxima-se do fim. Segundo informações recolhidas pelo DN, 30 pessoas já foram constituídas arguidas nos autos. O foco principal da investigação diz respeito à venda feita pela anterior administração dos CTT de dois prédios à empresa TramCrone. Num dos casos, relativo a um edifício em Coimbra, houve um primeiro negócio de venda por 15 milhões e, no mesmo dia, o mesmo prédio foi revendido por 20 milhões a um fundo do Grupo Espírito Santo.

Durante a investigação foi

reações

O direito do advogado em consultar processos engloba todos os meios macroscópicos ou tecnológicos
Carlos Pinto de Abreu
presidente da Distrital de Lisboa da OA

Se um advogado for consultar um processo, ele pode copiar com uma caneta tudo o que lá estiver. O aparelho de digitalização é um 'upgrade'. Não vejo que haja infracção disciplinar ou criminal. Quanto muito, uma pequena deslealdade
Rogério Alves
ex-bastonário da Ordem dos Advogados

A forma como se fazem cópias dos processos está balizada no Código do Processo Penal: só com autorização da autoridade judiciária competente, Ministério Público ou juiz
João Palma
presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público

Formalmente, as cópias processuais devem ser requeridas à autoridade judiciária competente, assim como a finalidade a que se destinam
João Correia
advogado

aprendido um papel com a inscrição "Amigos dos CTT, um milhão", o que levanta a suspeita de terem sido pagas comissões no negócio. O processo corre na 9ª secção do Departamento de Investigação e Acção Penal de Lisboa (DIAP) e está a ser investigado pela Polícia Judiciária. ■



Advogado apanhado a copiar processo dos CTT às escondidas

Queixa. Causídico do escritório de José Miguel Júdice esqueceu-se do digitalizador portátil na PJ

O advogado, defensor de um dos arguidos do caso dos CTT, foi à Polícia Judiciária consultar o processo e deixou um digitalizador portátil que o denunciou. A Judiciária

analisou o aparelho e verificou que continha cópias do processo. O Ministério Público fez uma participação à Ordem dos Advogados, mas não há entendimento sobre

se o comportamento do causídico constitui ou não crime. O caso foi remetido para o Conselho Deontológico da Ordem, que vai analisar eventuais sanções ao advogado.

O processo dos CTT envolve nomes como o de Carlos Encarnação, autarca de Coimbra, e Oliveira Costa, ex-presidente da SLN. **PAÍS, pág. 24**



Constâncio amanhã no Parlamento

BPN. Governador do Banco de Portugal responde ao inquérito parlamentar

Vítor Constâncio, governador do Banco de Portugal, será amanhã ouvido na comissão parlamentar de inquérito ao BPN. Em causa estará uma actuação alegadamente negligente da regulação bancária a prevenir e reprimir os erros de gestão no Banco Português de Negócios que levaram à necessidade do Governo o nacionalizar. Todos os partidos da oposição parlamentar, com excepção do PSD, já consideraram que Constâncio se deve demitir. ■



« Pode misturar-se a esperança e o desespero até já não se distinguirem um do outro » André Chamson (1900-1983)

Diário de Notícias

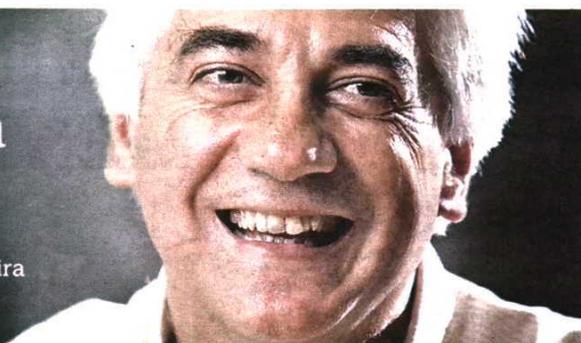
www.dn.pt

DOMINGO 7 DE JUNHO DE 2009 | ANO 145.º | Nº 51 197 | 1,50€
 director João Marcelino | directores adjuntos Filomena Martins e Rui Hortelão | subdirectora Catarina Carvalho

José Eduardo Bettencourt

A primeira grande entrevista do presidente do Sporting

⚽ Futebol e sócios vão estar em primeiro lugar ⚽ Liedson é a primeira prioridade ⚽ Pinto da Costa pediu-me desculpa ENTREVISTA, págs. 4 a 7



Advogado apanhado a copiar processo dos CTT às escondidas

Queixa. Causídico do escritório de José Miguel Júdice esqueceu-se do digitalizador portátil na PJ

O advogado, defensor de um dos arguidos do caso dos CTT, foi à Polícia Judiciária consultar o processo e deixou um digitalizador portátil que o denunciou. A Judiciária

analisou o aparelho e verificou que continha cópias do processo. O Ministério Público fez uma participação à Ordem dos Advogados, mas não há entendimento sobre

se o comportamento do causídico constitui ou não crime. O caso foi remetido para o Conselho Deontológico da Ordem, que vai analisar eventuais sanções ao advogado.

O processo dos CTT envolve nomes como o de Carlos Encarnação, autarca de Coimbra, e Oliveira Costa, ex-presidente da SLN. PAÍS, pág. 24

'Offshores' vão ser solicitados a divulgar contas

Ministério Público e fisco deverão pedir já esta semana dados das contas do BPP às ilhas Caimão. BOLSA, pág. 40

Resgatados dois corpos de vítimas do voo 447

Cadáveres encontraram-se a 69,5 km do local de onde foi enviada a última das 24 mensagens de falha. GLOBO, pág. 29

Especial ecologia



O planeta está doente e por isso a NM dá-lhe sugestões para recuperar a sua ligação com a natureza

O que está em causa nas eleições europeias

Em Portugal são mais de nove milhões os eleitores que hoje votam. Nesta edição, explicamos a importância do Parlamento Europeu e fomos à rua ouvir turistas comunitários de férias em Portugal. Uns votam, outros, não. ACTUAL, págs. 2 e 3

Bruno Alves salva Portugal em cima do fim

Seleção venceu na Albânia (2-1) após mais uma fraca exibição. Resultado mantém em aberto hipótese de garantir a presença no Mundial de 2010, na África do Sul. DESPORTO, págs. 42 e 43



outras notícias

Voos da CIA. Ana Gomes revoltada com impossibilidade de acesso às "secretas". POLÍTICA, pág. 10

Batismo anulado. Ricardo Silvestre, 38 anos, pediu a anulação do seu batizado. PAÍS, pág. 14.

ABASTEÇA-SE DE DESCONTOS.

DESCONTOS até 5cênt por livro

Veja como no interior deste Jornal.

**Vítor Constâncio explica BPN no Parlamento**

Vítor Constâncio vai amanhã à comissão de inquérito que está a avaliar o comportamento da supervisão no processo que

culminou com a nacionalização do BPN, sete meses depois da primeira ida à Assembleia da República para explicar os meandros deste caso.





É nas alturas complicadas que se vê as grandes equipas*

*Gilberto Madail, explicando por que razão a Selecção gosta de criar situações complicadas: é para exhibir a sua grandeza

HUMOR O BANANAL



CRÓNICA BANANALIDADES

PÓDIO DO BANANAL



Um Presidente mais igual à gente

Há dois aforismos que me ocorrem com frequência. O primeiro diz que “a juventude é uma coisa maravilhosa... pena estar nas mãos das crianças”. O segundo, que “a juventude é um defeito que passa com a idade”. Esta semana, foi o Presidente da República que me levou a recordar estas duas frases. Há muitos, muitos anos, o então primeiro-ministro dizia: “Eu nunca me engano e raramente tenho dúvidas”. Era uma frase típica de uma certa juventude e que agora só prova que Cavaco foi jovem até muito tarde. Sim, porque ele acaba de nos confessar os seguinte: “Entregámos as nossas poupanças a quatro bancos, incluindo o BPN, para gerirem as nossas poupanças. Esperávamos que eles gerissem as poupanças bem, que conseguissem um bom rendimento. Infelizmente, estamos a perder muito, muito dinheiro. Boa parte das nossas poupanças estão desaparecidas.” Ou seja, agora Cavaco engana-se muito e tem muitas dúvidas. Isto é, está mais igual a qualquer português. Bem, igual, igual, ainda não é o caso: a maioria de nós nunca teve poupanças que um só banco se desse ao trabalho de gerir, quanto mais quatro! E depois, há outra diferença: a crise atinge todos, mas os que estão “a perder muito, muito dinheiro” são também muito poucos. Enfim, Cavaco está mais parecido connosco, mas tem de continuar a esforçar-se.

Banana Split



1 Manuel Dias Loureiro
O ex-deputado, ex-ministro, ex-mem-forte do PSD, ex-conselheiro de Estado – impressionante! – pediu para ser ouvido pelos investigadores do caso SLN/BPN para defesa do seu bom-nome. É a última manifestação da falta de memória de Dias Loureiro porque, como é público e notório, há vários meses que ele não tem “bom-nome”.

2 António Marinho Pinto
O bastonário da Ordem dos Advogados tem um estilo que faz lembrar o de Lucky Luke: dispara em todas as direcções e também dispara mais rápido do que a sua própria sombra. Mas há uma coisa que é de deveras intrigante: por que carga de água é que um tipo que, com ou sem razão, detesta advogados, quis ser bastonário deles?

3 Manuel Pinho
Quando as coisas parecem estar cada vez mais negras e os desempregados já atingiram os 10%, o responsável pela nossa economia arranja sempre qualquer coisa para animar o pessoal. Esta semana, Manuel Pinho anunciou que os sauditas “estão muito interessados” no computador “Magalhães”. Muito francamente, só ocorre dizer: benza-o Deus!



Relatório confidencial de 2005 pressiona Constâncio

Documento que o governador não quis divulgar mostra que as dúvidas em relação ao BPN já vêm de trás. E eram muitas.

SANDRA ALMEIDA SIMÕES E DAVID DINIS sandra.simoes@economico.pt

É um dos documentos confidenciais que o Banco de Portugal (BdP) não quis dar à comissão parlamentar de inquérito ao BPN. É a arma secreta que os partidos da oposição, sobretudo o CDS, vão usar na segunda-feira contra o governador. Trata-se do relatório da inspeção feita - em 2004 e 2005 - ao banco, e que mostra que, já na altura, as dúvidas e os indícios de irregularidades se acumulavam.

O inquérito dá várias armas para questionar Constâncio. Ao longo das 87 páginas - a que o Semanário Económico teve acesso - o supervisor repete, por diversas vezes, termos como "ilegalidades", "fortes indícios", "sobrevvalorização de resultados", "elevada concentração de risco de crédito", "deficiências" ou "várias lacunas". Tudo formas de exprimir a "gestão pouco transparente e prudente do BPN" em 2004 - uma expressão que é, aliás, usada seis vezes ao longo do relatório para caracterizar "práticas recorrentes" que "já haviam sido detectadas". Esta contagem, bem como certas transcrições do documento, serão usadas na audiência parlamentar de segunda-feira, a última a Vítor Constâncio.

Assim, a questão a que o governador terá que responder perante os deputados será esta: por que razão, com tantas dúvidas e indícios, o BdP não foi mais longe nas investigações, de forma a prevenir as alegadas fraudes que só agora vieram a público?

Entre as principais questões polémicas que marcam o caso BPN, o Banco Insular é a grande ausência neste relatório. Daí que o governador possa, sem que seja desmentido documentalmente, reafirmar só ter tido conhecimento do Banco Insular em Junho do ano passado, por comunicação de Abdool Vakil. Mas terão resposta nas cartas trocadas entre a PGR e o BdP sobre a investigação criminal de uma infracção económico-financeira de dimensão internacional, em Dezembro de 2004. Nessas missivas, o BdP foi questionado sobre uma entidade designada de Banco Insular, a que o BdP na altura respondeu com um "não consta no nosso registo". Tam-



> PRINCIPAIS AUDITORIAS

2002

No que se refere, por exemplo, às operações intragrupo, o relatório de inspeção de Junho de 2002 revela: "considera-se que as transacções de acções, efectuadas em finais de 2001, visaram 'alocar' resultados a determinadas sociedades do grupo SLN".

2005

No relatório de 2005, cuja inspeção se iniciou em Dezembro de 2004, faz-se um ponto de situação face aos resultados da anterior auditoria. "Nota-se evolução face à última inspeção, no que se refere a normas e procedimentos na área do crédito, embora existam ainda lacunas que necessitam de ser suprimidas".

2008

A titularidade da auditoria externa de 2008 mantém-se uma incógnita. O Banco de Portugal garante que determinou a 4 de Junho uma auditoria, e que acordou com Cadihe - perante a intenção deste de também realizar uma auditoria - de não serem feitas duas auditorias diferentes e, por isso, aceitaria a escolha da empresa efectuada pelo novo conselho de administração da SLN, ex-dona do BPN antes da nacionalização.

bém sobre esta matéria, o governador já se defendeu publicamente, garantindo que não tinha pistas para descobrir a relação entre o BPN e o Insular.

No relatório sobressaem, pelo menos por mais de 50 vezes, evidências de "inconformidades" no BPN. O regulador sublinha, logo na quarta página do relatório, o facto de a "acção ter sido condicionada pela morosidade na prestação de informações solicitadas, algumas das quais não chegaram a ser disponibilizadas, e pelo facto dos processos de crédito estarem bastante incompletos".

Confrontado com as conclusões deste relatório, fonte oficial do BdP disse ao Semanário Económico que "as situações referidas nesse relatório não indiciam nem têm nada a ver com as situações fraudulentas posteriormente detectadas - a propriedade do Banco Insular e o Balcão Virtual". "Trata-se de um relatório sobre várias situações detectadas no âmbito de uma inspeção do BdP, que teve naturalmente sequência em determinações específicas ao banco em causa, nomeadamente em termos de aumento de capital, reforço de provisões e correcção de procedimentos internos", acrescenta a mesma fonte.

Os deputados insistem que se exija mais da supervisão. E irão confrontar Constâncio com as conclusões do relatório, os assuntos por esclarecer, as medidas prudenciais não implementadas e persistência dos mesmos resultados em auditorias posteriores. Entre os principais resultados da inspeção estão o acesso "restringido ao sistema informático", falhas ao nível do tratamento dos processos de crédito, "dossiers de clientes bastante incompletos, "actividade desenvolvida através de off-shores", e rácios de adequação de fundos próprios abaixo do exigido.

Muitas destas situações repetiram-se em várias inspeções. E é este facto que leva alguns deputados a considerar que o BdP não usou músculo suficiente para com o BPN, já que os problemas não foram sanados. A resposta cabe a Vítor Constâncio, já na segunda-feira, na Assembleia. ■

João Paulo Dias



O governador do Banco de Portugal vai na segunda-feira, às 16 horas, prestar declarações



na comissão de inquerito ao caso BPN.

**Raul Vaz**

Jornalista

Quem se mete com o BPN...

Ainda em campanha, Nuno Melo deixou a ameaça: poderá Vital Moreira garantir que não há "figuras gradas" do PS envolvidas na "roubalheira" do BPN? Que se saiba, Vital não sabe.

Que se saiba, o folgado já custou aos cofres públicos 2,5 mil milhões de euros, valor colocado pela Caixa no BPN.

Que se saiba, o banco revela um buraco financeiro de 1,6 mil milhões de euros e registou um resultado financeiro negativo de 575,2 milhões de euros em 2008, conforme contas recentemente apresentadas pela actual administração. Isto é o que se sabe.

E isto - que diz respeito a cada um dos portugueses - está feito ao abrigo do sentencioso Banco de Portugal, por uma nacionalização aconchegada num parágrafo de uma carta. Ou seja, dispõe-se de 2,5 mil milhões de euros como quem esfrega um olho para soltar o mosquito.

Na ressaca das eleições, Vítor Constâncio volta segunda-feira à comissão parlamentar de inquérito. O Bloco promete folclore em sessão vídeo, Nuno Melo deixou a ameaça.

Aconteça o que for, é tempo de o Governador assumir a sua responsabilidade. Dizendo por que razão não actuou a tempo de evitar a tragédia BPN - e, de caminho, a vergonha BPP. Dizendo o que, de facto, se passou na conversa entre António Marta e Dias Loureiro - se é que deu alguma importância ao facto. Dizendo por que é que, apesar dos sinais públicos e publicados, deixou que a romaria seguisse o caminho.

Não se esperando muito de Constâncio, espera-se uma luzinha de sensatez, que só o poderá conduzir à renúncia.

Espera-se que - enquanto Constâncio resiste e não se encontram as telas de Vieira da Silva levadas no folgado - se afirme tudo o que se sabe ou se vai sabendo.

Depois do tempo de irresponsabilidade que conduziu à tragédia, deve-se resistir à tentação de a utilizar como arma política. E só há uma forma de o fazer: sempre que se apurem factos ou se identifiquem responsáveis, informe-se os interessados. Que são aqueles que continuam a acreditar num Estado de Direito.

Sob pena de se instalar a ameaça, em nova versão: quem se mete com o BPN...

Lembram-se quando Cavaco alertou os portugueses para não comprarem gato por lebre e antecipou o 'crash' bolsista de 1987? Pois parece que agora foi ele o anjinho e tem (teve) pudor em confessar. Parece que do "muito, muito dinheiro desaparecido" escapou o investimento SLN/BPN.



SAGRES BOHEMIA OS TESTES COMPROVARAM O QUE O SEU PALADAR JÁ SABIA: BOHEMIA TEM MAIS SABOR.

Seja responsável. Beba com moderação.

Torne qualquer refeição num momento especial.

Económico semanário

www.economico.pt

SÁBADO 6 DE JUNHO 2009 | Nº 1169 | PREÇO (IVA INCLUIDO): CONTINENTE 2,50 EUROS | DIRECTOR ANTÓNIO COSTA | DIRECTOR-ADJUNTO BRUNO PROENÇA | SUBDIRECTORES FRANCISCO FERREIRA DA SILVA E PEDRO SOUSA CARVALHO

“Porque tenho orgulho de ser português”

Opinião João Lobo Antunes

Como se constrói um avião igual ao que caiu no Atlântico

A construção, passo a passo, de um dos aviões mais seguros do mundo: A 330. O avião que caiu continua desaparecido. P30

Os dez carros que conduziram a General Motors ao abismo

Os automóveis mais caros, com 'design' pouco atraente e que consomem mais, levaram a GM à ruína. P32

Autoeuropa mantém todos os postos de trabalho

A Autoeuropa chega a acordo com os trabalhadores. Na fábrica de Palmela continuam os mesmos trabalhadores. P3

Futuro da Qimonda Solar passa pelas exportações

Portugal não consegue absorver toda a produção da Qimonda Solar. Angola pode dar uma ajuda. P26



Governo aceita críticas da banca e prepara nova solução para o BPP

O ministro das Finanças está a preparar uma nova solução para o BPP, depois de os banqueiros terem chumbado a proposta anterior. A apresentação deverá ser feita em breve. P18-20

“Em cada jogo, jogamos tudo da nossa vida”

A selecção joga hoje com a Albânia. Em entrevista, Carlos Queiroz fala sobre o encontro decisivo e os desafios da sua vida. Outlook

Augusto Brázio

E ainda no Outlook Aprenda a lidar com a intensa vida social dos seus filhos e descubra as diferenças do novo Exterminador Implacável.

Luís Filipe Vieira ganhou um milhão com o BPN

Uma sociedade imobiliária detida pelo presidente do Benfica vendeu, em 2004, a participação na SLN, então dona do BPN, e lucrou um milhão. A conclusão está num relatório do Banco de Portugal. P16-17

Fiscalistas querem taxa única no IRS

O grupo de fiscalistas convidados pelo Governo quer reformular o IRS. Num relatório já entregue ao secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, defende a criação de apenas uma taxa no IRS e mexidas nas despesas que se podem apresentar. P2

THE WORLD LEADING FLEET AND VEHICLE MANAGEMENT COMPANY

LeasePlan Líder em aluguer operacional

It's easier to leaseplan

Lisboa 21 446 88 00 • Porto 22 606 41 57 • www.leaseplan.pt • contacto@leaseplan.pt



Francisco Almeida Leite

Nascimento Rodrigues



Perante o impasse grave em que se tornou a escolha de um novo Provedor de Justiça, Nascimento Rodrigues renunciou ao cargo, depois de um ano sem sucessor. O provedor demissionário fez-lo "com efeitos imediatos" e com recados de grande nível para os deputados. Falou em "responsabilidade política dos líderes partidários" e disse que as instituições têm que funcionar.

Cavaco Silva



Perante notícias que revelaram que teve, entre 2001 e 2003, 105 378 acções da Sociedade Lusa de Negócios, *holding* do BPN, o Presidente da República veio a público esclarecer a sua situação financeira. E bem. Cavaco Silva era, à data, um cidadão como outro qualquer, habilitado a comprar e a vender acções, sem que tivesse sequer que informar o Tribunal Constitucional.

Ana Gomes



No despacho de arquivamento do caso dos "voos da CIA", o Ministério Público admite a passagem de pessoas ligadas à agência por Portugal. Só que diz, preto no branco, que não há provas. E sem provas não há um caso. A eurodeputada bateu-se para demonstrar que os prisioneiros tinham pisado solo nacional, mas perdeu a sua "guerra" com esta decisão dos procuradores.

Teixeira dos Santos



O ministro não pode evitar falar – e da forma como o fez – com os depositantes do BPP. Tentar sair pela "porta do cavalo", fazer recuar um carro para a garagem não é uma atitude à altura de um ministro de Estado e das Finanças. Não tem nada a perder se enfrentar os depositantes e lhes explicar por A mais B por que razão a situação deles difere da que ocorreu no BPN. É esse o seu papel.

opinião

Amadores e profissionais

1 Quando começou a campanha eleitoral para o Parlamento Europeu era Freeport para aqui, Lopes da Mota para acolá. Mas de repente, num passe de mágica, a mesma campanha acabou ao som da marcha do BPN, com o Presidente da República a ter de justificar um investimento que fizera em tempos numas acções da Sociedade Lusa de Negócios, e com o PSD a defender-se das insinuações conhecidas.

Santana Lopes (num artigo no semanário *So!*) faz considerações políticas e acha que o seu partido, o PSD, merece o "Óscar" da "ingenuidade". Não tenho a certeza disso. Realço apenas os factos: a comissão de inquérito que recebeu a longa comunicação ao País de Oliveira Costa só dará a mesma honra ao governador do Banco de Portugal na próxima segunda-feira. E pouco mais de 24 horas depois de o britânico Vital Moreira ter desacreditado a seu fleuma constitucionalista no boçal e populista grito de que aqui há "roubalheira", apontando o dedo a "figuras gradas" do PSD, lá surgiu a notícia dos ganhos do investidor Cavaco. Ou seja, Dias Loureiro demitiu-se do Conselho de Estado; Vitor Constâncio ganhou uns dias para pensar; e, acima de tudo, o Presidente da República viu-se de repente colocado perante duas delicadas situações enquanto o primeiro-ministro descia tranquilo ao terreno da campanha para rebocar as aspirações socialistas.

É incontestável que no planeamento e desenvolvimento da estratégia socialista para esta campanha houve gente competente a trabalhar. No fundo, confrontado com o pior cenário, é sempre possível transformar uma derrota pelo menos num "empate técnico".

Mas, se Santana Lopes ousasse ver mais fundo, e quisesse perscrutar mais longe a linha do horizonte, poderia lembrar-se de que o cálculo, que às vezes é contaminado pela maldade mais perversa, nem sempre compensa. Em outras campanhas, até

recentes, outras "notícias", difamatórias, não fizeram o caminho pretendido e acabaram até por se voltar contra os seus autores. Lembrar-se-á?

Em política não há inocentes. Não há melhores nem piores. Há amadores e há profissionais. O problema para a classe política portuguesa é se os cidadãos começaram já a interiorizar que entre uns e outros a única diferença é precisamente essa. Só essa.

2 Nascimento Rodrigues pode abandonar o cargo de provedor de Justiça com a consciência tranquila: levou o seu dever muito para além do prazo. Fê-lo sempre de forma íntegra e, como confessou agora ao *Expresso*, em condições de saúde precárias. O seu grito de revolta, que dirige contra os deputados, mas que também é contra os dirigentes dos dois maiores partidos do sistema, torna-se inteiramente compreensível por todas essas razões, políticas e particulares, e merece uma resposta rápida do Parlamento. Estes onze meses de incapacidade negocial, sobretudo entre PS e PSD (que está bem visível e provavelmente se vai continuar a cavar em ano de eleições e "casos" graves para resolver...), são uma nódoa. Não há conflitualidade

de pessoal e partidária que a justifique, pelo significado que o provedor de Justiça tem na democracia portuguesa. Absolutamente inaceitável.

Alguns depositantes lesados pela ruinosa gestão do BPN saíram ao caminho do... ministro das Finanças, Teixeira dos Santos. Bem podem o Bloco e o PCP gritar contra a nacionalização, e a pseudo-salvação dos "grandes capitalistas", que a maioria dos portugueses, pequenos, médios e grandes depositantes, quando lhes vão ao bolso, são mais comunistas do que os comunistas. Querem Estado, Estado e mais Estado. Qual risco qual carapuça!... ■

Director



João Marcelino

Em política não há inocentes. Não há melhores nem piores. Há amadores e há profissionais



opinião

a semana por...



Catarina Carvalho

Um comunicado mais claro e específico do Presidente da República teria evitado mal-entendidos

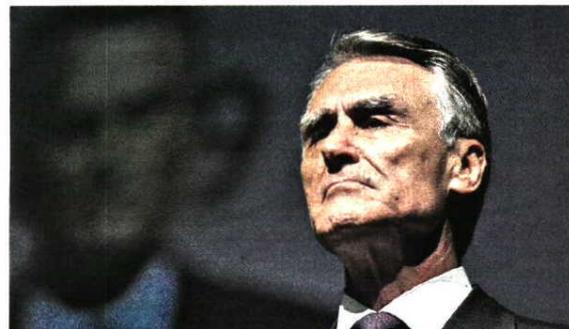
Interpretações presidenciais

Anibal Cavaco Silva tem feito uma presidência de palavras. É verdade que pouco mais resta a quem este cargo exerce – a raros é dada a oportunidade de usar a bomba atómica da dissolução da Assembleia e convocação de eleições. Mas Cavaco Silva tem usado o seu magistério de influência verbal com especial frequência e nítido prazer.

E é tanto assim que já se tornou quase uma tradição mediática a exegese presidencial. Que recados terá dado Cavaco desta vez?, perguntam-se os analistas do discurso de cada vez que o Presidente fala. Num discurso oficial, num *soudbyte* à porta de uma conferência, num campo de golfe... Cavaco nunca tem sido especialmente claro. Nem pare-

ce querer sê-lo. Quem lhe escreve os discursos e prepara as mensagens domina bem a fórmula sibilina. É um estilo, que o Presidente adoptou, e acaba por funcionar: vai deixando passar a mensagem a quem sabe interpretá-la, sabendo que ostensivamente não hostiliza ninguém.

Mas é um estilo perigoso – já se revelou sinuoso no episódio sobre as estatísticas e o diferendo com Sócrates –, e agora, no caso BPN, virou-se definitivamente contra o próprio Presidente. Em Novembro do ano passado, Cavaco Silva emitiu um comunicado sobre o seu relacionamento com o BPN, dizendo precisamente que não havia nenhum relacionamento. Mas remeteu os esclarecimentos mais específicos sobre as acções que detinha para a decla-



ração patrimonial que está guardada no Tribunal Constitucional. Tivesse sido mais clara esta declaração, revelando logo todas as acções do Presidente, nomeadamente as da SLN, e estancar-se-ia logo a curiosidade dos meios de comunicação social e interesses políticos. E não se acrescentariam histórias àquilo que, aliás, não parece ter história. A

notícia do *Expresso*, nomeadamente. Agora, Cavaco, agastado, veio dizer que quem fez essa notícia das suas acções da SLN "não soube ler" o comunicado que ele fez em Novembro. Pois, mas ao contrário do que tem sido habitual, a exegese presidencial era, não só desnecessária, como contra-indicada. ■

Subdirectora

Uma pena pesada para um juiz... e para a Justiça

Imagens. Alexandra, a menina desesperada a deixar Portugal e o casal que conhece desde sempre como pais, para ir para a Rússia, para a casa da mãe à qual os media agora chamam biológica. Alexandra titubeante ao chegar. Alexandra, olhos vazios enquanto a mãe dá entrevistas em russo, língua que ela mal domina. E Alexandra a apanhar palmadas da mãe, daquelas rápidas e decididas. Como se a mãe já estivesse cansada da filha, apesar de estar com ela a tempo inteiro apenas há duas semanas. Alexandra a subir para a sua cama, um catre mal-amanhado, feito por cima da lareira do casebre russo para

onde a menina foi enviada por um tribunal português.

As notícias sucedem-se e todos os pormenores contribuem para a história: a mãe matou os cãesinhos de que Alexandra tinha falado aos pais afectivos, o pai, cara de trabalhador, dentes de quem não tem tempo nem dinheiro para tratar de si, o pai foi encontrado para dizer de sua justiça e acha que a mãe biológica pode tornar-se uma boa mãe.

Estas são as imagens e as notícias que se têm sucedido estas semanas.

1. Estas notícias desafiam a sentença dada pelo juiz Gouveia de Barros, do Tribunal da

Relação de Guimarães, que já disse "não estar arrependido", porque decidiu com a sua "consciência e com os factos constantes do processo", embora as imagens o tivessem "incomodado, como qualquer ser humano". Por estas palavras o juiz teve um processo de averiguações. Apenas as suas palavras põem em causa o "dever de reserva". Entre os seus pares o juiz em nada incorre pela sentença dada. Entre gente de pareceres e leis, o real e as pessoas não existem. Agora entre os amigos, a família e vizinhos, José Augusto Gouveia de Barros pode receber olhares



que são condenação pesada...

2. Estas notícias revelam o embaite da Justiça na realidade e dão a entender como a primeira não liga nenhuma à segunda. A esperança democrática dos cidadãos é que a Justiça seja feita da melhor forma, passando os acontecimentos pela grelha da lei. Descubram que a cegueira da lei deixou de dizer respeito apenas a influências. A aplicação da lei já não se preocupa com aquilo que acontece, apenas contam os articulados e as palavras. No caso Alexandra, o juiz da Relação revelou que pouco sabia sobre a mãe biológica, as suas condições de vida e nem conhecia a mãe adoptiva, apesar de se ter pronunciado amiúde sobre as suas intenções...



Editorial Manuel Carvalho

BPP, uma bomba ao retardador

O que o episódio de ontem tem de relevante é a confirmação de que está a germinar um novo caso, cujo odor a peste ameaça tornar ainda mais irrespirável o ar da vida pública

Os novos capítulos da tragédia do Banco Privado Português não são importantes só por causa das buscas judiciais de ontem. Nem sequer por ter havido lugar à apreensão de documentos ou de vários milhões de euros. Ou até por ficarem expressas suspeitas de práticas de branqueamento de capitais, de fraude fiscal qualificada, de abuso de confiança e de falsificação de contabilidade, por parte de três antigos administradores do BPP. Havendo, como há e tem de haver, presunção de inocência, nada nos deve levar a pensar que as buscas são a peça que faltava para se concluir pela existência de uma nebulosa rede criminal que envolvia personalidades de sucesso apoiados por distintos escritórios de advocacia da capital. O que o episódio de ontem tem de relevante é a confirmação de que está a germinar um novo caso, cujo odor a peste ameaça tornar ainda mais irrespirável o ar da vida pública, já de si contaminado pelo processo BPN.

E é assim, em primeiro lugar, porque desta vez há vítimas com rosto, que protestam, que se manifestam e suscitam a compreensão das pessoas. Se num primeiro momento o BPP era um problema de ricos cujos prejuízos patrimoniais tinham para a maioria da opinião pública o valor de uma punição pela sua gula especulativa, agora são

as angústias de pessoas comuns que entram nas casas dos portugueses à hora de jantar. Num país onde não se garante a propriedade obtida honestamente não pode haver lugar para a confiança. É o salve-se quem puder.

E é assim principalmente porque até à data nenhuma alta figura da área da supervisão bancária se responsabilizou ou foi devidamente responsabilizada pelo que aconteceu. O facto de haver pessoas com poupanças de anos congeladas pelo Banco de Portugal, que foi incapaz de prever ou de evitar o descalabro do BPP, é um dos mistérios da actual vida pública do país. Não é preciso cair em tentações justicialistas para se exigir o óbvio: Vítor Constâncio é actualmente uma vítima da cruel evidência dos factos. Ninguém compreende que continue a gerir um naufrágio que lhe passou completamente ao lado até o barco desaparecer nas águas.

Sem acções concretas do Estado em favor dos cidadãos lesados nem actos de responsabilização de quem tinha o dever de fiscalizar ou, sendo incapaz de o fazer, assumir as consequências, o caso BPN deriva para um enredo de fim perigoso e imprevisível. Quando em causa está uma teia que liga num único destino

titulares de cargos políticos e alguns rostos destacados da alta finança nacional, surge inevitavelmente a suspeita de que algo se desenrola nos bastidores. Fica no ar a suspeita de planos, acções, ajudas ou perdões que, sob a camuflagem do interesse público, terão como destino o alívio de alguns. Se no BPN foi fácil ao poder judicial identificar um suspeito para servir de bode expiatório de todos os erros e eventuais falcatruas do banco, no BPN a história tem como protagonista uma plêiade mais numerosa de actores de primeiro plano. O Estado e o Governo têm pela frente um teste crucial: o que revelar o poder que alguns grandes interesses privados têm sobre o poder político.

Os recentes avanços judiciais não são, como se disse, provas acabadas de um crime. São, isso sim, um dado a mais que reforça as suspeitas de que algo de muito errado pode ter acontecido. Sendo assim, é ainda mais difícil justificar o que faz Vítor Constâncio à frente do Banco de Portugal. Ou calar o protesto de cidadãos cujo único crime foi acreditar que viviam num país com um sistema financeiro suficientemente sólido e supervisionado para aí colocarem as suas poupanças. E será ainda mais difícil manter na hesitação o que vai o Governo responder aos clientes ou ao legítimo *lobby* dos accionistas do BPP.



Investigação Buscas ao Banco Privado Português e à sociedade de advocacia PLMJ

Ministério Público apreende 12 milhões de euros

Três antigos administradores do banco, João Rendeiro, Paulo Guichard e Salvador Fezas Vital, são suspeitos de vários crimes

António Arnaldo Mesquita, Cristina Ferreira e Paula Torres de Carvalho

● O Ministério Público apreendeu ontem perto de 12 milhões de euros, depositados em contas *off-shores* presumivelmente ligadas a três ex-administradores do Banco Privado Português (BPP), no quadro da investigação iniciada há cerca de meio ano pelo Departamento de Investigação e de Acção Penal (DIAP) de Lisboa. A iniciativa policial surge após denúncias feitas pelo Banco de Portugal e pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), envolvendo a instituição fundada por João Rendeiro.

As diligências das autoridades tiveram como alvos a sede da instituição, em Lisboa, e o gabinete de um advogado da sociedade de advocacia PLMJ, de que é sócio o presidente da mesa da assembleia geral do BPP, José Miguel Júdice, também advogado do banco. A acção policial levou ao "arresto preventivo" de contas envolvendo uma quantia de cerca de 12 milhões de euros. Em causa estão suspeitas de práticas de branqueamento de capitais, de fraude fiscal qualificada, de abuso de confiança e de falsificação de contabilidade, por parte de três antigos administradores do BPP: João Rendeiro (fundador e ex-presidente), Paulo Guichard, ex-presidente executivo, e Salvador Fezas Vital, ex-CFO (gestor com o pelouro financeiro). As averiguações estão a cargo da nona secção do DIAP e as diligências de ontem resultaram da cooperação entre os procuradores e peritos da CMVM, que localizaram empresas sediadas em paraísos fiscais.

Eram 10h da manhã quando uma juíza do Tribunal de Instrução Criminal (TIC) de Lisboa se apresentou na sede do BPP, acompanhada de procuradores e de investigadores da Unidade Nacional de Combate à Corrupção da Polícia Judiciária e da Divisão de Investigação da Fraude e de Acções Especiais do Ministério das Finanças. Os investigadores identificaram e apreenderam contas supostamente associadas a Rendeiro, Guichard e Fezas Vital, e que estão sediadas em *off-shores* nas ilhas Caimão. Cerca das 18h30, abandonaram o BPP, levando consigo extensa documentação bancária. Mas antes notificaram os

responsáveis da instituição de crédito de que o dinheiro "confiscado" ficava congelado à ordem das autoridades para servir como meio de prova.

Um comunicado da Procuradoria-Geral da República (PGR) divulgado ao final da tarde veio esclarecer que, no quadro das averiguações ao BPP, que levaram às buscas, "foram já adoptadas, com urgência, as medidas consideradas, nesta fase, adequadas e proporcionais a garantir a integridade patrimonial e a prevenir potenciais dissipações de património pelos presumíveis autores dos ilícitos criminais em investigação". A PJ já admitiu o congelamento de contas bancárias, mas não confirmou a quem pertencem: se aos três administradores, se ao banco.

Quando o Ministério Público entrou, ontem, na PLMJ, já tinha um mandado de busca devidamente preenchido visando um causidico daquela sociedade que é, desde ontem, o segundo arguido deste inquérito. O outro é Mário Sampaio, um pequeno accionista da Privado Holding, que controla o BPP, e que é próximo de Rendeiro, que adquiriu aquela qualidade processual, em 27 de Janeiro, quando o DIAP de Lisboa fez as primeiras buscas à sede do BPN e a várias residências.

A diligência naquela sociedade de advogados contou com a presença do presidente do Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados, Carlos Pinto de Abreu. A busca foi confirmada em dois comunicados divulgados pela sociedade, segundo os quais o advogado alvo de busca (ainda

8h30 foi o tempo que as autoridades estiveram na sede do BPP, levando consigo extensa documentação bancária

não identificado) terá sido constituído arguido, para dar seguimento às averiguações que decorreram na sociedade. Em comunicado, a PLMJ protestou, alegando que, por uma "razão puramente instrumental, um advogado desta sociedade foi constituído arguido para assim viabilizar a eventual apreensão de correspondência, considerando este facto "intolerável". Uma visão partilhada pelo bastonário da Ordem dos Advogados, Marinho e Pinto, que considera "uma fraude à

No BPP, foram identificadas e apreendidas contas sediadas em *off-shores* nas ilhas Caimão



lei" a constituição de um advogado como arguido. Em declarações ao PÚBLICO, Marinho e Pinto explica que "este tipo de práticas consubstancia uma fraude à lei ao tentar obter resultados proibidos pela lei".

À frente do BPP está hoje uma gestão provisória, encabeçada por Adão da Fonseca, indicada pelo Banco de Portugal para gerir a instituição nesta fase. A intervenção pública surgiu em Dezembro e depois de João Rendeiro ter ido pedir ajuda, para evitar a insolvência do banco, afectado pela crise financeira. Na sequência, o BdP suspendeu os ex-gestores do BPP de exercer actividade no sector bancário. Neste momento o futuro do BPP está em aberto, mas o Governo já deu sinais de que está a estudar um plano para reembolsar os clientes do BPP com produtos de capital garantido, e que podem ser equiparados a depósitos.

Os clientes do BPP reclamam ter investimentos de 1,2 mil milhões de euros e que valem agora cerca de 700 milhões de euros.

Protagonistas

Sobre quem estão a incidir as investigações

João Rendeiro

O fundador e ex-presidente do Banco Privado Português, de 57 anos, está afastado da empresa que criou em 1996. Nasceu em Lisboa, estudou no ISEG, trabalhou na McKinsey e fundou a Gestifundo em 1986 para lançar um fundo de investimento. Mais tarde a empresa foi comprada pelo Totta & Açores.

Paul Guichard

Administrador executivo do BPP, foi convidado em 2005 por João Rendeiro (que conheceu através de Jorge Armindo) para presidir à comissão executiva do banco. Esteve ligado à génese do BCP e da Soserfin, que deu lugar ao BPN. Lançou com a mulher a Mistyc Shirt e a Maison des

Crêpes. Em Fevereiro foi nomeado para a administração do Privado Holding, única accionista do BPP.

Salvador Fezas Vital

Fez parte da comissão executiva e conheceu Rendeiro no Barclays em 1986. Na altura, o fundador do BPP tinha criado a Gestifundo, gestora de fundos de investimento onde o banco tinha 25 por cento do capital.

Advogado da PLMJ

As informações indicam que um advogado da sociedade de José Miguel Júdice, a PLMJ - A. M. Pereira, Sáragga Leal, Oliveira Martins, Júdice e Associados, também foi alvo de buscas. Júdice é presidente da mesa da assembleia geral do banco. **A.R.S.**



RUI GAUDÊNCIO

O drama dos clientes

Pressão sobre BPP e Governo chega a Bruxelas

Director da unidade das Instituições Financeiras da Comissão Europeia vai receber clientes

Carlos Cardoso, cliente de retorno absoluto do BPP, vai deslocar-se a Bruxelas na próxima semana, acompanhado por mais um cliente, para ser ouvido por Elemér Terták, director da unidade das Instituições Financeiras da Comissão Europeia. "Ainda hoje falei ao telefone com Elemér Terták e tudo indica que ele vai conseguir receber-nos em Bruxelas na próxima semana. Vou acompanhado pelo sr. Guimarães [cliente do BPP com 65 anos que na quinta-feira esteve muito activo na troca de impressões com o ministro das Finanças], revelou à agência Lusa Carlos Cardoso. Na quarta-feira, Elemér Terták convidou um cliente do BPP para uma reunião hoje em Bruxelas para discutir a situação dos clientes. Ainda não está marcado o dia, nem a hora, do encontro.

Carlos Tavares diz estar a trabalhar "a todo o gás"

O presidente da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), Carlos Tavares, recebeu ontem representantes dos clientes de retorno absoluto do BPP, transmitindo-lhes o "total empenho" na rápida resolução do seu problema. Durval Padrão, porta-voz do movimento de retorno absoluto do BPP, disse à agência Lusa que os representantes do grupo de clientes que permanecem há três dias na sede do banco em Lisboa estiveram "toda a manhã reunidos com a CMVM". "Fomos recebidos pelo presidente da CMVM, dr. Carlos Tavares, bem como pelo

vice-presidente, Amadeu Ferreira, que nos transmitiram que estão a trabalhar a todo o gás para resolver o nosso problema", frisou à Lusa Durval Padrão. O representante dos clientes do BPP referiu que o encontro com o supervisor dos mercados permitiu que os clientes fizessem ouvir "as suas preocupações com a demora na resolução do seu problema" e elogiou a "postura cooperante da CMVM". Durval Padrão já regressou à sede do BPP em Lisboa, tendo transmitido aos restantes clientes o teor das conversações com a CMVM.

Porta-voz dos clientes do BPP fala em "barril de pólvora"

O porta-voz dos clientes do BPP, Durval Padrão, disse ontem à Lusa que os depositantes estão a ficar "cada vez mais desesperados" e alertou para uma possível agudização da situação com a chegada de mais pessoas no fim-de-semana.

"Quero alertar as autoridades, pois temo que, com a chegada de mais pessoas no fim-de-semana, as situações de conflito se possam agudizar se as autoridades não nos receberem, se não vierem dizer qualquer coisa de forma a acalmar os clientes", frisou Durval Padrão. O porta-voz pediu às autoridades para acalmarem as pessoas por já existirem alguns sinais de que "o barril de pólvora está para explodir", numa alusão à abordagem dos clientes ao ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, quinta-feira à noite, no Hotel Tivoli, em

Lisboa. "Parece que estão à espera que aconteça alguma desgraça. Alguma coisa tem de ser feita. Estamos aqui há três noites, as pessoas estão desesperadas. Há pessoas de muita idade a dormir no banco e não têm perspectivas de resolução do problema", salientou.



Actos de gestão cada vez mais questionados

Queda do BPP iniciou-se há oito meses com falta de liquidez

● O primeiro sinal da crise do Banco Privado Português (BPP) surgiu do exterior: no dia 13 de Novembro do ano passado, a Moody's baixou o *rating* da instituição, sublinhando que os seus investimentos estavam altamente dependentes do mercado de capitais, em forte quebra, e que estes podiam "não só anular os resultados estáveis da unidade de banca privada, mas também enfraquecer o banco".

Poucos dias depois, João Rendeiro, o presidente do BPP e principal accionista da *holding* que detém a instituição, a Privado, anuncia que iria recorrer ao aval do Estado, uma ferramenta criada para facilitar o acesso a liquidez numa fase de estrangulamento do crédito a nível internacional, solicitando a atribuição de 750 milhões de euros. A partir daqui, tudo parece ter corrido da pior forma

para o gestor, para os seus accionistas e para os seus clientes.

Em vez de angariar os 750 milhões de euros, o que dificilmente conseguiria por ser essencialmente um banco de investimentos, João Rendeiro vê a instituição que fundara em 1996 ser cada vez mais escrutinada pelas autoridades, a começar pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e Banco de Portugal. No final desse mês, Rendeiro abandona o cargo de presidente do conselho de administração do BPP.

O banco central encarrega então Adão da Fonseca de liderar o processo de salvação em curso, envolvendo um consórcio de seis instituições financeiras que emprestam 450 milhões de euros com aval público. Ao mesmo tempo, a Deloitte é contratada para avançar com uma nova audi-

toria. Quanto aos clientes, é-lhes dito que têm de aguardar, não podendo resgatar os seus investimentos por falta de liquidez, e os protestos vão subindo de tom.

Em Janeiro, as instalações da sede do BPP, em Lisboa, são visitadas por duas equipas de investigadores do Ministério Público e da CMVM, devido a suspeitas de branqueamento de capitais, gestão danosa e desvio de fundos para *off-shores*. Mário Pinto, ligado ao BPP através de Rendeiro, é o único constituído arguido pelo



A crise do BPP começou em Novembro do ano passado, quando João Rendeiro foi obrigado a pedir aval ao Estado

Ministério Público. Poucos dias depois, o Banco de Portugal ordena a suspensão de actividade, até 2011, de seis gestores que tinham transitado da gestão anterior. No mês seguinte é a vez de o Ministério das Finanças se pronunciar, avisando que não se iria responsabilizar pelos compromissos assumidos na gestão de carteiras e fortunas, mas que os depósitos dos clientes estavam "salvaguardados".

Em Maio, o PÚBLICO dá conta de um documento da Deloitte onde se alerta para factos como o de "extractos enviados aos clientes terem sido objecto de adulteração", envolvendo alegadas falsificações de contabilidade e inexistência de contabilidade organizada; e para transacções irregulares que circularam entre contas da instituição, bem como actos dolosos de gestão ruínosa em detrimento dos

depositantes, investidores e credores. Informações essas que já estarão nas mãos do Ministério Público. No dia 22 de Maio, os accionistas da *holding* detentora do BPP, a Privado, agora já sob a presidência de Diogo Vaz Guedes, reúnem-se em assembleia e desmarcam-se do fundador. Após uma recusa em ouvir João Rendeiro, Vaz Guedes afirma que já estava provado que "os problemas no BPP não se devem apenas ao mercado, mas a outras razões". Quanto aos pequenos clientes, estes procuram novas formas de protesto, ocupando a sede do banco no Porto, a que se seguirá a de Lisboa. No entanto, apenas vêm a solução ser adiada, com o prolongamento do congelamento das contas até Setembro, altura em que se poderá optar pelo reembolso faseado. Luís Villalobos e Cristina Ferreira



Buscas ao BPP levam à apreensão de 12 milhões em contas *off-shore*

Dinheiro estaria em contas de administradores e vai ser usado como “meio de prova” pelo Ministério Público

● O Ministério Público apreendeu ontem cerca de 12 milhões de euros, depositados em contas *off-shore* alegadamente tituladas por três ex-administradores do BPP, no quadro da investigação iniciada há cerca de meio ano pelo DIAP. As diligências tiveram como alvos a sede da instituição, em

Advogado do escritório PLMJ é o segundo arguido do processo de investigação ao BPP

Lisboa, e o gabinete de um advogado da sociedade PLMJ, de que é sócio o presidente da Mesa da Assembleia Geral do BPP, José Miguel Júdice. Em causa estão, entre outras, suspeitas de práticas de branqueamento de capitais, fraude fiscal qualificada e abuso de confiança. → Destaque, 2/3